

pedra e arvoredo

Angelo Bucci

2002

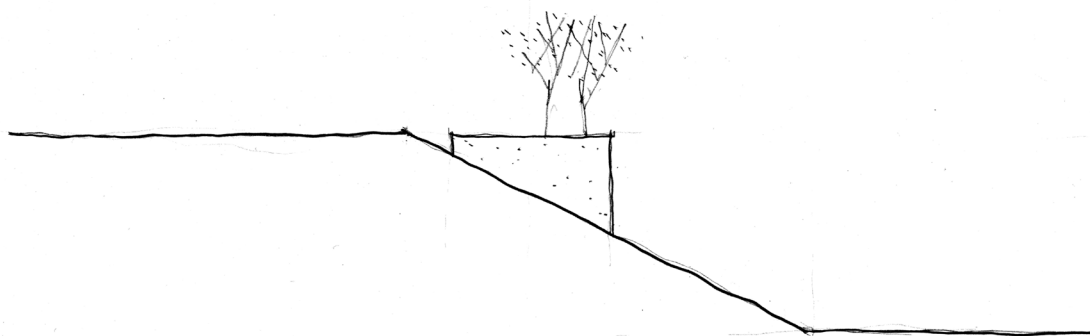
publicado em
revista D'Art 10
Monolito 1

1

Há vinte anos, o Centro Cultural de São Paulo estava em construção¹. Naquela época, durante certa fase das obras, quem passasse pela avenida 23 de Maio poderia ver a beleza de um feito do qual, hoje, só se notam parques indícios. É que o arvoredo do pátio central desse edifício é muito anterior ao próprio prédio e foi preservado, como se diz, por decisão de projeto. Não seria nada de muito notável se as tais árvores não estivessem todas à beira do precipício, ou, mais precisamente, na crista do talude precário que descia vinte metros em direção ao antigo vale do rio Itororó, sobre o qual já passava, desde aquela época, a avenida 23 de Maio. Para preservar esse “jardim” o que se fez foi um prisma com paredes verticais de concreto armado para contenção daquela caixa de terra que mantém as árvores. Era quase um cubo perfeito cuja altura se revelava à medida que o talude descia para o vale. Então, quem passasse pela avenida via aflorar na encosta uma pedra cuidadosamente construída para guardar um jardim denso. Aquela pedra é hoje como um tesouro escondido dentro do edifício.

As construções em andamento, as obras inacabadas, têm essa graça: permitem que se veja com clareza possibilidades de configurações, possibilidades que a conclusão dos trabalhos tendem a esconder cada vez mais fundo. Talvez as melhores obras sejam aquelas que saibam conservar uma beleza que aparece antes de estarem prontas, melhor ainda, seriam obras que não ficassem prontas nunca. E, de fato, talvez se possa considerá-las assim mesmo, como sempre inacabadas, ainda mais quando se leva em conta que obras como essa, edifícios, se desfazem como unidade para ser parte do ambiente, parte da cidade. As cidades, estas sim, são sempre construções em andamento. Dito de outra maneira, numa perspectiva moderna, as obras, mesmo prontas, continuam a ser, mais do que nunca, projetos. Projetos para outras possibilidades de configuração.

Mas, afinal, por que aquela pedra ficou ali tão escondida?



1 projeto dos arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Benedito Castro Telles.

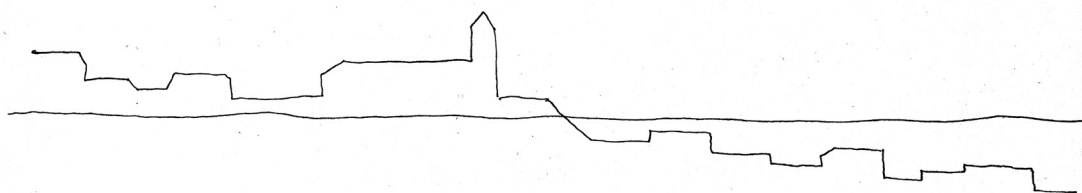
Fama é uma cidade que está à margem do lago de Furnas, em Minas Gerais. A construção de uma hidroelétrica muitas vezes faz submergir porções de história. Às vezes, se perde a história natural, como é o caso de Sete Quedas, afogada por Itaipu; noutras, a história da civilização, como aconteceu em Assuã, no Egito. Nesse último caso, uma sofisticada operação de “salvamento” espalhou alguns dos templos, que seriam inundados, pelos países que contribuíram com a construção da represa, isto é, os templos foram criteriosamente desmontados porque estavam na área a ser coberta pelo lago e “doados” para outros países, é por isso que se podem ver o Templo de Dendur, no Metropolitan Museum em Nova Iorque, ou o Templo de Debod, no Parque da Montanha em Madri. A construção de Furnas não foi tão eloqüente quanto Itaipu ou Assuã: inundou apenas casas rurais, alguns vilarejos e pequenas cidades; tudo isso desapareceu por completo, estará varrido para sempre da memória no mesmo instante em que deixar de existir o último entre aqueles que viveram numa das casas engolidas pela represa.

Já em Fama a história é diferente. Lá, a escadaria principal da antiga igreja matriz mergulha nas águas do lago. Isto é, lá a construção da represa de Furnas deixou seca metade daquela cidade, ali haverá sempre a outra metade submersa. O que se perdeu em Fama ficou próximo demais para desaparecer ou ser esquecido. Contam os seus habitantes que durante os primeiros anos do convívio com o lago, era comum que as pessoas não resistissem ao desejo de rever suas antigas casas, de retornar aos seus lugares, mesmo que por um lapso de tempo, mesmo que debaixo de uma água barrenta. Nessas incursões, eram comuns os afogamentos.

Em Fama, a memória mata.

Caminhar ali na orla daquele mar sem ondas, um pé pisando a lâmina d'água, outro, a terra seca, é como equilibrar-se numa linha sutil que separa duas imensidões: a consciência e a inconsciência. A linha da curva de remanso do lago em Fama é o que nos amarra: distanciar-se muito para um lado ou para o outro pode significar afogar-se ou secar, afastar-se daquela linha nos impõe perder coisa demais. Ali, somos anfíbios. Lá se vive numa cidade aparentemente comum, pequena, que começa na borda do lago e tem limites bastante definidos; o que a faz incomum é o fato de que ela convive com uma outra cidade, uma cidade oculta que começa na borda do lago e se estende sob as suas águas turvas até desaparecer sem que se possa definir claramente onde termina.

Tenho a impressão de que todas as cidades são um pouco como Fama.



O que se repesou em São Paulo é um fluido feito de uma outra substância, algo que se destila desde a fundação dessa cidade.

Ao longo do tempo, São Paulo elaborou uma forma particular de se relacionar com a geografia do seu sítio de implantação. Soube fazer, desde o início, um uso oportuno das “barreiras naturais” para proteger-se contra os “outros”. Uns “outros” que sempre foram maioria: inicialmente eram os índios; depois, índios e negros; índios, negros e imigrantes; índios, negros, imigrantes, migrantes e, finalmente todos e também os filhos de todos juntos; ainda, todos os que nunca ganharam nada e também todos os que perderam tudo. Pela forma como as construções se relacionavam com a geografia, em São Paulo, podem-se reconhecer três períodos: recusa, enfrentamento e superação. Isso fica muito nítido num olhar retrospectivo sobre o chamado triângulo histórico, o patamar de terra firme (745 m) onde se instalou o primeiro núcleo urbano da cidade. As tais barreiras são ainda hoje muito notáveis: Anhangabaú (725 m, original), como uma garganta, e Várzea do Tamandateí (725 m), como uma falésia. Correspondiam respectivamente a um fosso de 20 m de profundidade e a uma muralha de mesma altura.



Construção Centro Cultural São Paulo. Na foto vê-se o jardim que foi deixado no meio da obra. Esse jardim era original do terreno.
Foto: Waldemir Gomes de Lima

Nos três primeiros séculos de existência da cidade, o seu núcleo principal ficou praticamente recluso àquele pequeno patamar; é isso que caracteriza o período da recusa.

Durante todo o século XIX, a cidade enfrentou tais barreiras e iniciou de modo sistemático sua expansão para além do pequeno patamar. Então, as barreiras, que antes serviram como defesa, impunham um ônus pesado à atividade da cidade. São quase cem anos marcados por esse enfrentamento.

O viaduto do Chá é a construção que assinala a passagem para o terceiro período. Ou seja, durante cem anos a cidade inteira sonhara com o conforto de atravessar em nível, no espaço, o vazio do Anhangabaú, uma travessia que juntasse os dois patamares em cotas de nível idênticas: centro velho e centro novo. Por isso, o viaduto do Chá tem o valor simbólico de realizar o sonho centenário sonhado pela cidade inteira: a superação.

Mas tudo isso se deu ainda no que foi quase a pré-história de São Paulo, depois disso a cidade explodiu num crescimento que multiplicaria em muitas vezes o seu tamanho, sua população, sua importância e seus problemas. Entretanto aquele primeiro período, a que se chamou recusa, parece constituir-se num dos aspectos fundantes da nossa cultura construtiva e permanece, ainda hoje, em grande parte dos edifícios que fazemos. É como se fosse uma memória atávica, ou a permanência da recusa. Note-se, por exemplo, que ao longo de toda a rua Boa Vista nenhum dos edifícios existentes soube preservar a panorâmica surpreendentemente extensa que se tinha em direção ao nascente. A rua, cujo nome descreve uma situação natural de mirante, não fez a menor questão de preservar nas suas construções algo daquele desfrute que a geografia lhe havia oferecido. Também, algumas características geomorfológicas do sítio primordial seriam recorrentes em diversos outros pontos da grande cidade atual; o Anhangabaú, por exemplo, reaparece em muitos outros vales mais ou menos profundos existentes em São Paulo. É o caso do vale do Bixiga, do Saracura, do Sumaré e tantos outros; também é o caso do vale do rio Itororó sobre o qual está a tal pedra e o arvoredo.

Uma primeira resposta do porquê daquela pedra ficar ali tão escondida talvez seja essa permanência da recusa.

Recusa aqui quer dizer o que se cristalizou nas construções como resultado da segregação e do preconceito. Pode-se aceitar uma descrição simplificada da característica geográfica do sítio urbano da cidade de São Paulo como sendo uma sucessão de platôs entrecortados por uma infinidade de vales. É como se a cidade saltasse de colina em colina, nas palavras de Azis Ab'Saber, ou como se fosse uma cidade de dois pavimentos — várzeas e patamares secos — conforme Caio Prado Júnior. A segregação e o preconceito só se estabeleceram na cidade por ações da violência, a exclusão é apenas uma dessas ações. Em São Paulo, originariamente e como regra, a exclusão se faz expulsando os “outros” — como se existisse essa terceira pessoa genérica — ladeira abaixo em direção às várzeas ainda mal drenadas. Note-se que também nesse aspecto São Paulo é como se fosse o Rio de Janeiro de ponta-cabeça: a população que aqui se expulsa ladeira abaixo, lá é expulsa morro acima; são duas configurações opostas criadas pela mesma lógica da exclusão que produz, num caso e no outro, duas cidades segregadas.

A violência tem sido a norma, a técnica e o símbolo pelo qual se produz a cidade, ela é a substância do fluido que se represou em São Paulo.

Há uma cidade submersa nesse lago onde valores e instituições mudam de sinal: a polícia mata, a escola deseduca, os transportes afastam; os poderes que legislam, julgam e executam são poderes paralelos, informais. A coexistência dessas duas cidades cindidas define critérios de conduta que se perpetuam no mecanismo das ações engendradas por um imaginário, por assim dizer, seqüestrado. Para identificar tal mecanismo é preciso mergulhar nas águas muito mais que turvas desse lago. Mas não muito fundo nem por tanto tempo, aqui permanecer no que equivale àquela linha da curva de remanso de Fama corresponde ao maior risco e, opostamente, distanciar-se para um lado ou para o outro impõe uma certa cegueira produzida pelo excesso redundante de imagens que, por mostrar tantas vezes a mesma coisa, já não exigem que sejam percebidas. Já não percebemos, ou ao menos não nos abalamos muito, com crianças abandonadas nas ruas, com um automóvel blindado, com as dezenas de pessoas dormindo, no inverno, amontoadas sob a marquise de um edifício de 20 andares completamente desocupado no centro da cidade, com um condomínio fechado; já não nos abalamos muito com as 70+1 vidas que diariamente são tragadas pela dita violência urbana que é o custo diário da existência da cidade de São Paulo.

A exclusão é apenas uma das formas de ação da violência, das mais visíveis, há outras também muito evidentes desse tipo que sangra ou mata diretamente e há ações mais veladas que operam no mundo submerso. Dessa última forma, notem-se a produção de espaços sem valor simbólico e, num segundo tempo desse mesmo jogo, o esvaziamento simbólico dos centros historicamente consolidados; notem-se as ações dissociadas do pensamento — realidade sem ordem e ordem sem realidade, nas palavras de Argan — e também a gestão da cidade organizada em lógicas e racionalidades isoladas, especializadas, que se juntam para construir absurdos medonhos.

Voltemos ao nosso lugar, à seção transversal do vale do rio Itororó, pode-se dizer, uma recorrência da geografia

primordial do Anhangabaú, da nossa ancestralidade construtiva. Aceitando a sua configuração atual, ainda assim, esse vale do rio Itororó poderia ser riquíssimo; ele liga o parque do Ibirapuera ao que poderia ser um complexo de parques dispostos na orla do rio Pinheiros — Jóquei Clube, Panamby, Cidade Universitária e parque Villa Lobos — por uma rota descrita pelo arco contínuo que formam as extensões das avenidas de fundo de vale 23 de Maio e 9 de Julho. No centro desse arco está o Anhangabaú, potencialmente uma praça cívica, cujo eixo se liga a outros tantos parques públicos: Dom Pedro, Luz, Anhembi, que, por fim ao longo da orla do rio Tietê, poderia recompor um pouco a idéia de parque ecológico do Tietê. Essa estrutura da cidade, mais ligada ao ócio que ao negócio para lembrar Flávio Motta, ainda está para ser apropriada. A pedra do arvoredado aponta nessa direção.

Essa seção transversal é típica, à margem esquerda está o bairro da Bela Vista, à margem direita, o Paraíso, os dois bairros têm cotas de nível coincidentes, entre eles está o vazio cavado pelas águas do rio Itororó, como uma imensa trincheira. Essa seção mostra o metrô, que preferiu passar em túnel sob o bairro do Paraíso, preferiu passar num túnel paralelo à trincheira a passar por ela onde tudo já estava pronto, preferiu passar 20 m abaixo e sob a projeção da rua Vergueiro e não numa paralela a 50 m dali, no mesmo nível, no centro da avenida 23 de Maio. Devem sobrar justificativas tecnicamente perfeitas para fazê-lo, mas essa configuração do metrô, naquele trecho, parece mais um capricho. Não um capricho técnico, construtivo ou urbanístico, mas sim um capricho de não fugir à regra que, segundo Benevolo, rege a produção de toda cidade capitalista: gastar sempre o máximo para se fazer sempre o mínimo. O metrô mesmo quando passa ao nível das terras baixas das antigas várzeas se recusa a aceitá-la como cidade, as várzeas são ainda vistas como se estivessem submersas e de certa forma estão de fato, sob esse fluido de substância particular que temos aqui. Como regra, as terras altas é que são a instituição, a cidade formal; note-se que a rua Boa Vista, na colina histórica, é a sede dos bancos, a sua paralela a 50 m em planta e 20 m mais baixa, é a rua 25 de Março, na várzea, onde se organiza fervorosamente o comércio ambulante.

A complexidade da cidade é um fato, mas ela é complexa porque acumula um conjunto de elementos diversos, cristaliza em construções momentos históricos distintos, práticas opostas e tudo convive no emaranhado do espaço urbano e do tempo presente. É uma complexidade construída de acúmulos. Ela não é complexa na exigência das ações, ao contrário, ela sugere ações precisas e diretas e, por vezes, ações freqüentemente já ensaiadas. Mais que isso, pode-se dizer que a cidade é trivial, ou seja, ela apresenta tais demandas na trivialidade da nossa vida cotidiana. Ainda, a cidade é sempre uma obra em andamento, por isso sempre permite que se veja, com clareza, outras possibilidades de configuração, por isso ela demanda ações e sugere configurações, é fonte e alvo, sujeito e objeto, ao mesmo tempo, das nossas ações no seu espaço.

O que eu gostaria de dizer é que é possível ver a cidade um pouco como se fosse um jornal do dia, o lugar onde se escreve tudo e se reescreve novamente a cada dia, ver assim para opor, à erudição e complexidade, um conhecimento necessário e raso como as trivialidades da nossa vida cotidiana, como se para as urgências das ações que temos de fazer no espaço urbano não fosse necessário saber nada além daquilo que está todos os dias estampado no jornal do dia. Uma cidade como São Paulo pode ser considerada o universo completo de tudo o que já pudemos fazer e também o repertório de todas as possibilidades que poderemos vir a realizar algum dia. Como Borges, em sua “História da Eternidade”, quando cita: “quem viu o presente viu todas as coisas: as que aconteceram no passado insondável, as que acontecerão no futuro”. Para nós a cidade é o presente de que dispomos, é o mundo dos homens vivos convivendo e, conforme Paulo Mendes da Rocha, “a única história que existe são os homens vivos ao mesmo tempo”.

Aqui voltamos à questão inicial. Outra razão daquela pedra estar ali tão escondida é, digamos assim, o represamento da violência fluida na cidade de São Paulo, uma represa que pode fazer submergir a totalidade da história: a natureza, as construções e vinte milhões de pessoas, tudo junto. A tal pedra do arvoredado, que já não se vê no talude da avenida 23 de Maio, submergiu nessa represa que traga energia por turbinas invertidas como se fosse uma usina pelo avesso. Esse ocultamento não se deu por vontade de ninguém nem tampouco, como se diz, por decisão de projeto. É como tinha de ser, aquilo estava regulado no território submerso desse lago, num imaginário seqüestrado onde o “projeto” não decide coisa nenhuma. Acho que o que se represou aqui é um fluido destilado às escuras, um fluido que, opostamente, se drena sozinho quando revelado.

Eu gostaria de passear amanhã cedo pela avenida 23 de Maio, andando a pé, e ver exposta aquela construção tão cuidadosamente realizada: o prisma de paredes em concreto armado que se fez para preservar umas árvores que estavam lá havia tantos anos, a pedra do arvoredo. Gostaria de ver novamente exposto para todos o que durante vinte anos se escondeu por vontade de ninguém. Porque a pedra do arvoredo, revelada, terminaria aquela obra com o frescor de uma beleza que vale a pena ver em todas: terminaria a obra fazendo-a inacabada.

